



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 07.218/15

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a) : Maria de Fátima Silva

Órgão: Instituto de Previdência dos Serv. Municipal de Cabedelo

Gestor Responsável: Léa Santana Praxedes

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com Procentos Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC – 2.319/2015

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 07.218/15, referente à Aposentadoria Voluntária com Procentos Integrais da Sra. Maria de Fátima Silva, Matrícula nº 00.041-8, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Administração do Município de Cabedelo, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e achou-se correto o cálculo dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.  
**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

João Pessoa (PB), 28 de maio de 2015.

*Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira*  
Presidente

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
Cons. Substituto - Relator

Fui presente :

**REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 07.218/15**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Superintendente do IPM, concedendo aposentadoria Voluntária com Procentos Integrais da Sra. Maria de Fátima Silva, Matrícula nº 00.041-8, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Administração do Município de Cabedelo, que contava, à época do ato, com 12.932 dias de tempo de serviço e idade de 58 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

*Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho*  
RELATOR

### **PROPOSTA DE DECISÃO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, proponho que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É a proposta!

*Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho*  
RELATOR